

MUCHEMBLED, Robert. *Société, Cultures et Mentalités dans la France Moderne*. Paris, Armand Colin, 1994.

Autor de vasta obra sobre a França do *Ancien Régime*, Robert Muchembled privilegia em seus livros a análise da cultura popular. Entre seus trabalhos mais consagrados estão *L'Invention de l'homme moderne. Sensibilités, moeurs et comportements collectifs sous l'Ancien Régime* (Paris, Fayard, 1988) e *Le Temps de supplices. De l'Obéissance sous les rois absoluts, XVI<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècles* (Paris, Armand Colin, 1992).

A presente obra integra a coleção *Cursus* da Armand Colin, uma série de manuais voltados para atender ao público dos cursos de graduação em História. *Société, cultures et mentalités dans la France Moderne* é sem dúvida um manual universitário, no sentido tradicional da expressão: percorre um amplo período da história francesa abordando inúmeros temas com a clara intenção de oferecer ao leitor iniciante uma visão global, uma perspectiva de conjunto sobre os três séculos franceses da modernidade, o que se convencionou chamar de Antigo Regime.

Manual sem dúvida, mas excelente manual. Pedagogicamente falando, o projeto da coleção *Cursus* é muitas vezes superior à série de quatro volumes da Presses Universitaires de France, publicada entre nós pela DIFEL, e que vão da Antiguidade à Época Contemporânea. Certamente trata-se de bons livros que, aliás, cumprem a função meritória de oferecer uma síntese razoável de cada uma das quatro grandes épocas

da história, mas incorrendo na inconveniência da desarticulação do conjunto temático, o que é até compreensível em textos que pretendem abordar amplos conjuntos de civilização ao longo de milênios de história.

O livro de Muchembled não apresenta somente os traços de um projeto editorial moderno, mais condizente com a crescente tendência da especialização acadêmica e da moda dos cursos temáticos. A obra é moderna sobretudo na forma de seleção e abordagem dos temas. Capítulos mais que clássicos da história da França moderna, como o absolutismo monárquico, por exemplo, têm tratamento garantido, mas abordados sob a óptica da dinâmica cultural do Antigo Regime. Nada da ênfase monótona sobre o caráter de classe da monarquia, de se saber se a monarquia teria sido feudal, burguesa ou de transição, quando já se concluiu há décadas que ela foi um amálgama disso tudo. Pelo olhar da antropologia política, seu interesse a respeito recai sobre a lógica cultural desse sistema político, sobre o nascimento e a expansão dos novos métodos da justiça moderna, sobre o novo *ethos* da sociedade de corte, na perspectiva consagrada por Norbert Elias como a "civilização dos costumes".

Civilização dos costumes, principalmente quando se trata de desvendar ao leitor os traços caracterís-

ticos e muito originais de uma França moderna absolutamente plural, que apresenta diferenças regionais espetaculares no que tange às atividades coletivas diante do amor, da sexualidade, da infância, da higiene, da morte, da fome, da violência, da concepção mágica do universo e *last but not the least*, dos laços de sociabilidade camponesa. Toda essa riqueza temática, é claro, acompanhada por interessante e reveladora documentação. Robert Muchembled demonstra, pelo confronto de variações regionais das culturas camponesas, as várias identidades da França na época dos reis absolutos: sociedades paralisadas pela força da tradição, mas nem por isso completamente estagnadas.

O autor revela um reino de população maciçamente rural: quatro entre cinco franceses do Antigo Regime vivem em aldeias camponesas. Desses núcleos rurais resulta uma cultura regionalista introvertida, profundamente xenófoba, arraigada em seu pequeno território que raramente excede o raio de meia dúzia de quilômetros. Muchembled vai na trilha de Norbert Elias, revelando como esses “milhares de pequenos mundos”, característicos das civilizações agrárias da Época Moderna, optam conscientemente por se desconhecem e se odiam mutuamente. De fato, verifica-se o que se poderia definir como um estranho fenômeno de “solidariedade ativa” contra o estrangeiro. As comunidades camponesas aprendem a ser diferentes entre si, exprimindo muitas vezes pela violência ou indiferença a especificidade de seu mundo fechado.

Para Muchembled, a França dos séculos XVI ao XVIII é um “gigante demográfico” entre os demais reinos da Europa. A precariedade de uma série de recursos, energéticos, alimentares e sobretudo médicos, associada à *expansão demográfica do período*, leva aos chamados tempos difíceis do Antigo Regime: “vir ao mundo é difícil. Permanecer nele mais ainda; uma simples gravidez é ameaça séria de óbito da mãe ou da criança. A família constitui o primeiro qua-

dro indispensável dessa cultura camponesa fortemente marcada pela fome, medos e violência”. Robert Muchembled reflete que num país de elevadas taxas de mortalidade infantil, a indiferença social diante da infância não significa exatamente ausência de sensibilidade, como acentuado por alguns historiadores da família no Ocidente. Significa, antes, uma espécie de “estratagema coletivo” desenvolvido inconscientemente para suportar a morte freqüente dos recém-nascidos. Como se refere o autor, na França moderna são necessários dois filhos para se produzir um adulto: “reflexos mentais e conformismos coletivos permitem desse modo suportar o melhor possível esta tragédia incontestável constituída pela hecatombe dos inocentes. Para evitar o anacronismo, importa então não exagerar a insensibilidade das pessoas do Antigo Regime”. Isto significa que, se nos países do primeiro mundo de hoje a morte de uma criança é normalmente encarada como um verdadeiro escândalo, isso não ocorria naquele tempo. Como diz o autor, “o dobre de finados soa com freqüência até nas menores aldeias”. A morte é uma companheira muito íntima das sociedades do Antigo Regime. Se homens como Luís XIV e Voltaire tiveram vida longa, isso foi certamente uma exceção até nos meios mais abastados. Para ilustrar a saúde precária dos homens do Antigo Regime, basta citar a perplexidade de Voltaire que achando estar sempre às portas da morte não entendia porque vivia tanto: morreu aos 84 anos. A expectativa de vida média é muito curta, o que levou a considerar na época, numa sociedade ordenada por uma concepção transcendente do mundo, que o ciclo do destino humano era comparável à existência de Cristo, ou seja, trinta e três anos. Ao contrário de nosso mundo contemporâneo, os homens aprendem a *sofrer e a morrer com resignação*. Diante da ubiqüidade da morte, sempre à espreita, ela só é temida quando de natureza violenta, ceifando a vida sem a preparação prévia da agonia que enseja o cristão a repensar os desvios da existência para alcançar a paz

da consciência. Em caso de morte violenta em duelos, a estratégia do moribundo é compensar a falta da extrema-unção pelo perdão incondicional do agressor. É a lógica própria de um outro tempo, aliás muito conseqüente.

Outro aspecto relevante da obra é o estudo de elementos do imaginário camponês, no que diz respeito a certas realidades cotidianas. O autor observa a concepção mágica do mundo predominante nas aldeias camponesas. As calamidades que levam a fomes, e por extensão a epidemias, são encaradas como fenômenos naturais, ou seja, “inscritos no plano divino da organização do universo”. Desconhecendo os princípios mais elementares de higiene, a sabedoria camponesa concebe a doença como uma agressão oriunda do mundo exterior, sem qualquer relação com o lixo freqüentemente depositado a poucos metros da porta de entrada de casa, onde são lançadas, inclusive, as matérias fecais de seus moradores. Isso sem falar do convívio freqüente de animais dentro de casa, onde lançam seus dejetos. Muchembled lembra o caso de vacas, “animal precioso” porque muitas vezes constitui-se no único bem familiar, dormindo sob o teto da família camponesa, separadas apenas por um tabique, ou às vezes nem isso.

A ampla abordagem das formas de sociabilidade camponesa em sociedades que desconhecem escolas, nas quais os valores culturais são repassados exclusivamente pelos elos de solidariedade grupal, é talvez o aspecto mais relevante do livro, ao qual o autor dedica maior espaço. Robert Muchembled acentua que num mundo em que a casa, a família e a aldeia são os pontos de partida e de chegada da formação do homem, disso resulta a necessidade absoluta de integração do indivíduo à comunidade. Nesses meios rurais, os casos de elementos não integrados ao complexo cultural aldeão foram raríssimos: “Na aldeia sob o Antigo Regime, o homem não pode existir só, sob pena de se colocar, ou de estar, totalmente à margem do grupo... Do batismo à morte,

cada um vive sob o olhar de todos, assimilando sem se aperceber disso os valores coletivos no decorrer dos numerosos contatos com os outros”. Nas comunidades camponesas, quase tudo se passa em público, em locais reconhecidos como de sociabilidade: tavernas, igrejas, moinhos, praças, cemitérios etc. A preponderância da vida pública sobre a privada acaba por reforçar os laços de solidariedade comunal.

A sociabilidade camponesa, entendida como as relações cruzadas entre todos os elementos de um mesmo grupo social, atua como elemento canalizador de inúmeros impulsos de violência que poderiam desestabilizar internamente esses núcleos fechados sobre si mesmos. Mas mesmo se constituindo em espaços sociais restritos e limitados, as comunidades aldeãs não se constituem pura e simplesmente num magma pronto para entrar em ebulição. Isto porque a comunidade camponesa obedece a códigos sociais rigorosos, ainda que estes sejam, até o século XVIII, muito diferentes daquele comportamento que instâncias exteriores como a Igreja e o Estado monárquico tentavam implantar, muitas vezes pela força e pelo pânico da caça às bruxas. De fato, a violência entre particulares ao longo de boa parte do Antigo Regime ainda escapa ao controle e à punição dos núcleos centrais do poder. Os combates com mortes são socialmente tolerados porque abrem um espaço temporário de marginalização do jovem implicado, o que retarda em alguns anos a substituição das gerações hegemônicas nas aldeias. Esta banalização calculada da brutalidade por parte dos homens adultos evita em parte o desabrochamento de instintos verdadeiramente destrutivos. A violência é aceita como compensação das frustrações que o jovem deve aceitar até o casamento, época em que se atinge os direitos plenos. Em fins do século XVII, Luís XIV será uma espécie de primeiro paladino da justiça ao desenvolver mecanismos mais eficazes de punição, e a aplicar mais ativamente a força coercitiva do aparato gover-

namental. É bom lembrar que as garras do poder civil foram assessoradas pela ofensiva eclesiástica nas províncias nesse mesmo período.

Com efeito, ao longo do Antigo Regime, as vinganças privadas são um traço marcante das relações humanas. Até no espaço interno das igrejas assiste-se a duelos mortais, o que exige um trabalho constante de reconsagração do local pelos bispos. Nas igrejas, entra-se até mesmo a cavalo. O autor considera que há uma menor sensibilidade do homem do século XVII em diferenciar o sagrado do profano. Somente com os esforços continuados da Igreja, através de uma educação vigilante e de uma série de interditos contra as profanações do espírito bárbaro, é que se modificam certos comportamentos coletivos, como o fato de se promover festas e danças nos cemitérios.

Mas a violência não coloca em questão os fundamentos da vida comunitária; isto se deve ao fato de que há convenções sociais que coíbem a liberdade total dos instintos individuais, sempre vigiados atentamente por inúmeras testemunhas. Com efeito, quase todas as cenas da vida cotidiana se passam em espaços públicos, em locais de sociabilidade comunitária. Nesses ambientes, a traição é amplamente condenada, pesando muito a honra familiar e pessoal. Além disso, há também as convenções que constroem todos a uma polidez obrigada, levando cada indivíduo a suportar nas tabernas, ou qualquer outro espaço público, a presença de um rival ou inimigo. Como diz Muchembled, “a taberna é o teatro do mundo onde melhor se aprende a viver em grupo”. Assim, beber à saúde de todos em um copo comum é aceitar a convenção de que todos estão em paz. Nas tabernas das comunidades camponesas do século XVII, recusar o cachimbo fumado em roda é uma afronta e uma ruptura declarada para com a solidariedade do grupo.

O autor ressalta também o papel da mulher como elemento-chave na conservação e transmissão do

patrimônio da tradição popular. Isto porque são elas que detêm o monopólio local das curas, dos partos, da educação das crianças, chegando ao ponto de desenvolverem uma linguagem ritual cifrada. Constituindo as mulheres uma espécie de retaguarda da cultura camponesa, elas são motivo de freqüente inquietude para a hierarquia eclesiástica, pelas dificuldades encontradas em controlar certas práticas rituais que muitas vezes escapam completamente ao entendimento dos homens da Igreja: “As mulheres transmitem de geração em geração uma cultura popular freqüentemente diferente da ortodoxia” do século XVII. Diante da impossibilidade de conter o fluxo dessas tradições centenárias, a Igreja tentou o controle da sociabilidade camponesa através de mecanismos diversos como o terror das fogueiras e a culpabilização de inúmeras práticas sociais, como a interdição das tabernas para mulheres e crianças, o exercício de curas, mas sem alcançar um efetivo controle porque “a coesão da aldeia do Antigo Regime repousa sobre mecanismos de sociabilidade encarregados de se reproduzirem identicamente, de geração em geração, graças à encenação imutável dos papéis sociais”. A partir do século XVII, até o casamento deixou de ser um assunto da alçada exclusiva das comunidades camponesas. O Estado e a Igreja encontraram no matrimônio um mecanismo para moralizar e enquadrar as populações camponesas tidas como indisciplinadas e supersticiosas. Foi mais um elemento de controle social para abrir espaço para a tutela do príncipe e do padre sobre as províncias. Como diz Muchembled, “trata-se claramente de tentar controlar o cristão do berço ao túmulo”.

Muito haveria ainda para extrair desse belo livro de Robert Muchembled sobre o Antigo Regime, que o autor considera como “o laboratório da modernidade”, da nossa modernidade do século XX. Entretanto, o espaço de uma simples resenha não pode ser transformado em artigo. Desse modo, é preciso considerar por último que o livro é de

leitura agradável, principalmente pela variedade dos temas relacionados à história da cultura popu-

lar. Os capítulos são equilibrados e o volume do texto não chega a assustar.

Marcos Antônio Lopes  
Mestrando do Depto. de História FFLCH/USP